

AVISO DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

Informações sobre o tratamento de dados pessoais no Portal Institucional Flor da Alma

Casa de Alquimia Flor da Alma - CNPJ nº 32.038.834/0001-82
Instituto de BioAyahuasca Fogo Sagrado Flor da Alma

1. Objetivo e âmbito

Este Aviso explica como são tratados os dados pessoais no portal e nos procedimentos de cadastro institucional. Aplica-se ao acesso ao site, à solicitação de filiação, às comunicações institucionais e aos registros necessários à segurança e à prestação de contas.

2. Quem trata os dados

O tratamento é realizado pela instituição responsável pelo portal, no âmbito da Casa de Alquimia Flor da Alma - CNPJ nº 32.038.834/0001-82 - e do Instituto de BioAyahuasca Fogo Sagrado Flor da Alma, conforme a governança e as responsabilidades definidas internamente.

Canal de privacidade: formulário específico “Privacidade e Proteção de Dados” a ser disponibilizado no portal. Antes da publicação, o Departamento Jurídico deverá confirmar a identificação completa do controlador, do encarregado e do canal de atendimento.

3. Dados que poderão ser tratados

- Dados de identificação e contato, como nome completo, data de nascimento, telefone e e-mail.
- Dados cadastrais necessários, como CPF, endereço e CEP, quando justificados pela finalidade institucional.
- Dados técnicos de acesso, como data, horário, endereço IP, versão dos termos e registros de segurança.
- Dados sensíveis relacionados à convicção ou filiação religiosa, somente quando necessários e mediante base legal adequada.
- Dados de saúde ou anamnese apenas em formulário separado, restrito e específico; esses dados não devem ser coletados na tela pública de entrada.

4. Finalidades

- Verificar idade, identidade e autenticidade da solicitação.
- Analisar e administrar o cadastro e a filiação institucional.
- Registrar o aceite das versões vigentes dos documentos.
- Enviar comunicações administrativas e religiosas solicitadas pelo membro.
- Prevenir fraude, uso indevido, incidentes de segurança e violações das normas.
- Cumprir obrigações legais, regulatórias e ordens de autoridades competentes, bem como exercer direitos em processos administrativos ou judiciais.

5. Bases legais e dados sensíveis

Cada operação deverá possuir finalidade específica e fundamento jurídico compatível com os arts. 7º e 11 da LGPD. Quando o consentimento for adotado, ele deverá ser livre, informado, inequívoco, destacado e revogável.

A convicção religiosa e a filiação a organização religiosa são dados pessoais sensíveis. Eles não serão tratados com base genérica em legítimo interesse. A eventual anamnese exigirá avaliação jurídica própria, minimização de dados e medidas reforçadas de segurança.

6. Compartilhamento

Os dados não serão vendidos. O compartilhamento ocorrerá somente quando necessário com fornecedores de hospedagem, segurança, tecnologia, contabilidade ou assessoria jurídica, todos sujeitos a deveres de confidencialidade e proteção; ou com autoridades públicas quando houver obrigação legal, ordem válida ou necessidade de exercício regular de direitos.

Caso fornecedores utilizem infraestrutura localizada fora do Brasil, serão observadas as salvaguardas aplicáveis à transferência internacional previstas na LGPD e nas normas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

7. Armazenamento, retenção e eliminação

Os dados serão mantidos pelo período necessário às finalidades informadas, à segurança, à prestação de contas e às obrigações legais. Encerrada a necessidade, serão eliminados ou anonimizados, ressalvadas as hipóteses legais de conservação.

8. Segurança

Serão adotadas medidas técnicas e administrativas proporcionais ao risco, incluindo controle de acesso, autenticação, registros de auditoria, cópias de segurança, atualização de sistemas, dever de confidencialidade e resposta a incidentes.

O formulário real não deverá ser colocado em funcionamento antes da implantação de armazenamento seguro, definição de perfis de acesso, política de retenção, registro da versão aceita e canal para exercício de direitos.

9. Direitos do titular

Nos termos da LGPD, o titular poderá solicitar confirmação e acesso, correção, informação sobre compartilhamentos, anonimização, bloqueio ou eliminação quando cabíveis, portabilidade conforme regulamentação, revisão de decisões automatizadas, oposição e revogação do consentimento. Certos registros poderão ser conservados nas hipóteses autorizadas pela lei.

10. Pessoas menores de 18 anos

O portal institucional de filiação é destinado exclusivamente a pessoas com 18 anos ou mais. Não se pretende coletar conscientemente dados de crianças ou adolescentes por esse fluxo. Caso seja identificada coleta indevida, o responsável deverá ser comunicado para adoção das providências cabíveis.

11. Cookies e registros técnicos

Cookies estritamente necessários poderão ser utilizados para funcionamento e segurança. Cookies analíticos ou de publicidade somente deverão ser ativados após informação clara e, quando exigido, consentimento específico. O portal não deverá utilizar dados de filiação religiosa para publicidade direcionada.

12. Atualizações e contato

Este Aviso poderá ser atualizado para refletir mudanças legais ou operacionais. Alterações relevantes serão destacadas e, quando exigido, será solicitado novo consentimento.

AO PROSSEGUIR, O USUÁRIO CONFIRMA QUE LEU ESTE AVISO. O CONSENTIMENTO PARA DADOS SENSÍVEIS, QUANDO NECESSÁRIO, DEVERÁ SER SOLICITADO EM CAMPO SEPARADO, ESPECÍFICO E FACULTATIVO, SEM SER CONFUNDIDO COM O SIMPLES ACESSO AO SITE.

Referências normativas

Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; Constituição Federal, art. 5º, X e LXXIX; orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

PENDÊNCIA ANTES DA PUBLICAÇÃO: confirmar no texto final o controlador, o encarregado, o canal de privacidade, os fornecedores tecnológicos, os prazos de retenção e a infraestrutura de armazenamento.